

CINCO POLÊMICAS SOBRE OS PROGNÓSTICOS DE *O CAPITAL* E O BALANÇO DA HISTÓRIA

Valério Arcary*

Os críticos da lei de Marx insistem em dois fatores que agem contra a queda tendencial da taxa de lucro: de um lado, a desvalorização, *a posteriori*, dos elementos do capital constante; de outro, o aumento da taxa de mais-valia. Ninguém pode negar que estes fatores atuam. A questão é saber em que medida eles conseguem se impor.

Roman Rosdolsky, *Gênese e estrutura do capital*¹

Quem não sabe contra quem luta não pode vencer.

Sabedoria milenar chinesa

Quando você está em uma mesa de pôquer e não sabe quem, entre os jogadores, é o otário, é porque você é o otário.

Sabedoria popular brasileira

Estamos de punhos fechados, mas com as mãos nos bolsos.

Rosa Luxemburgo

A incerteza continua governando os assuntos humanos. Há menos de dez anos, a exaltação da globalização e a restauração capitalista pareciam anunciar um futuro promissor para o capital, e os que permaneceram defendendo a “bandeira” estavam politicamente isolados e, teoricamente,

segregados. A euforia não chegou até a virada do milênio. Uma turbulência econômica de imensa gravidade, a partir de 2000, amargou a chegada do novo século de cepticismo. A recessão mundial convidou os outros cavaleiros do apocalipse: as novas guerras de conquista e invasão, como no Iraque e na Palestina, a recolonização dos países da periferia, novas e velhas endemias, como a pneumonia atípica ou a tuberculose e, com o aumento da miséria, um campo ainda mais ampliado para a desagregação social e o crime em escala global.

Enquanto isso, Lula e o PT venceram as eleições e, para decepção sincera de muitos, e deslumbamento de alguns distraídos, aderiram ao programa econômico do governo anterior, curiosamente, com as mesmas explicações. Toda polêmica política tem as suas peripécias, os seus maiores ou menores azedumes. Já se disse que os revolucionários ficam irascíveis em discussões de princípios. Muitas vezes, a clareza sobre a natureza ou a gravidade do conflito só se revela aos olhos dos que nela participam no decorrer da própria luta. Daí que a aspereza das formas do debate seja, em geral, proporcional à surpresa com que se descobrem as diferenças. Os líderes do PT argumentam, com a fúria dos convertidos ao dogma, que os limites do capitalismo, em nossa época histórica, seriam

* Professor do Cefet/SP e doutor em história pela USP.

inescapáveis, mas descobriram, também, que a política de ajuste neoliberal seria inexorável para evitar uma catástrofe. Sobre este diagnóstico catastrofista, já foi bem demonstrado, por Leda Paulani, que é insustentável.

Se houve algum momento em que se pôde considerar que o país estava à beira do precipício (leia-se: à beira da insolvência externa), prestes a reduzir suas reservas abaixo do mínimo exigido pelos organismos internacionais, esse momento foi em meados do ano, ou seja, julho e agosto, culminando com a assinatura do terceiro acordo com o FMI no exíguo período de três anos. Poder-se-ia argumentar que isso não teria sido suficiente para tirar o país dessa situação, uma vez que o valor em reais do dólar americano continuou a subir, enquanto o risco-país não cedeu. Mas serão esses bons indicadores para o que se está querendo medir? A verificação do comportamento do nível de reservas não produzirá uma indicação mais concreta? Quando se observa essa variável, porém, o que se nota é que ela apresenta um comportamento surpreendentemente estável ao longo de 2002 e em níveis muito semelhantes aos verificados ao longo de 2001. Elas começam o ano em cerca de US\$ 36 bilhões (a média de 2001 foi de US\$ 36,3 bilhões), oscilam para US\$ 33 bilhões em abril e maio, alcançam a faixa dos US\$ 40 bilhões em junho e julho, ficam na esfera dos US\$ 38 bilhões em agosto e setembro e de US\$ 36 bilhões no bimestre seguinte, fechando o ano com US\$ 37,8 bilhões. Note-se, além do mais, que fez parte do acordo com o FMI a redução de US\$ 10 bilhões no nível mínimo de reservas exigido (que cai então para US\$ 5 bilhões), uma cautela adicional que, como se vê, o Brasil não precisou utilizar. Portanto, em dezembro de 2002, do ponto de vista das condições necessárias para honrar os compromissos externos, a situação estava equacionada.²

Nem o Brasil estava na iminência do *défault*, já que as reservas foram turbinadas pelo acordo com o FMI e a expansão das exportações já sinalizava um megassuperávit comercial, nem a inflação estava na iminência de um descontrole, porque o efeito da alta do dólar era transitório.

Ainda não se discutiu, todavia, a primeira e mais importante premissa: a que nos condena a aceitar que a ordem capitalista seria inamovível, porque a ordem do capital, a propriedade privada e a regulação mercantil seriam ainda fatores de impulso para as forças produtivas. Essa caracterização é inusitada. O capitalismo contemporâneo



Lula

não só vive uma crise devastadora, como a sua permanência é uma ameaça à civilização.

A taxa de juros praticada pelo FED caiu para 1% ao ano, mas os operadores de Wall Street vaiaram o conservadorismo de Greenspan. Queriam uma redução ainda maior. Os juros caem e o desemprego sobe. A taxa de desemprego elevou-se da média anual de 4,6% nos anos 1995-2000 para acima de 6% desde o último trimestre de 2002, fechando, em junho último, em 6,4%. Os juros já são negativos, seguindo um caminho que o Japão conhece muito bem desde os anos 1990. A remuneração dos títulos é inferior à expectativa de inflação e, mesmo assim, o volume de capital que procura segurança não diminui. Embora alguns capitais voláteis tenham aproveitado as taxas de juros mais atrativas dos países periféricos, elevando, temporariamente, as reservas do Brasil e da Argentina, e recuperando o real e o peso das desvalorizações de 2002, não há sinal de recuperação de investimentos produtivos significativos, e menos ainda de reativação do consumo. Os Estados Unidos dominam o mundo, mas o capitalismo não vai bem de saúde.

A economia norte-americana – correspondendo ainda, aproximadamente, a 30% da economia mundial, mas com uma tendência irrefreável de queda em relação ao produto mundial – viu o seu PIB cair de um crescimento médio anual de 3,4% no período 1995-2000 para apenas 0,3% em 2001, e continuou em recessão em 2002. Ninguém se atreve a prever que possa se recuperar em 2003, apesar da vitória fulminante de Washington na Guerra do Golfo. O grau de incerteza continua elevado, num contexto em que rebentou a bolha especulativa de Wall Street (escândalos financeiros e falência da Enron, da World.Com...), e a utilização da capacidade produtiva industrial permanece bem abaixo dos anos 1990, enquanto o consumo privado continua caindo.

Ainda que a vitória em Bagdá tenha reforçado a posição de liderança dos Estados Unidos no Sistema Mundial de Estados, não foi suficiente para relançar as perspectivas de crescimento. A confiança dos investidores nas possibilidades de retorno da

objetivação de capital em produção continua em baixa. O perigo de *défault* das dívidas externas dos países da periferia continua em alta. Diante da crise, o capital se refugia em ativos seguros. Desde 2000 a economia mundial parou de crescer, mesmo considerando-se como referência as taxas dos anos 1990, já por si, incomparavelmente mais modestas que as taxas do pós-guerra.

O protetorado americano no Iraque oferece uma garantia de que os preços do petróleo continuarão baixos, mas as necessidades estratégicas do domínio imperialista não se restringem ao controle das fontes de energia. Uma nova ordem mundial está sendo construída e ela exige a recolonização da periferia do sistema, destruindo as margens de autonomia dos Estados ainda independentes, além da restauração capitalista. Uma nova ordem em que as invasões e guerras de conquista estão ao serviço da recuperação dos negócios.

O capitalismo não superou a sua tendência histórica à crise. Compreender como e por que parece ser necessário e, por isso, recordaremos a hipótese econômica marxista e evocaremos três polêmicas que ela enfrentou.

CRISES DE SUBPRODUÇÃO E DE SUPERPRODUÇÃO

Foi em *O capital* que Marx desenvolveu a sua teoria da crise. A crise econômica foi compreendida pelo marxismo, sumariamente, como uma interrupção do processo de reprodução. Ou seja, aquele momento, em que o volume de mão-de-obra produtiva e o volume de meios de produção e instrumentos de trabalho efetivamente utilizados são subitamente reduzidos. O resultado da crise é uma contração do consumo humano e uma diminuição do consumo produtivo. Em resumo, as crises são perturbações destrutivas. Sob o capitalismo, é preciso que o desemprego em massa pressione o salário médio para baixo, para que os lucros se recuperem.

As crises, no entanto, não são uma tragédia específica da época do capital. Sempre existiram crises econômicas. Mas, antes da revolução industrial, em todas as sociedades e

em todas as épocas, as crises econômicas eram provocadas ou por calamidades da natureza, ou por conflitos políticos. Eram acidentes externos às rotinas da vida econômica. Os fluxos sazonais da agricultura, as flutuações da pecuária ou mesmo as oscilações do comércio ou do artesanato eram prejudicados por desastres, como as secas ou as guerras. Nas sociedades pré-capitalistas, em que a exploração econômica assumia uma forma tributária de apropriação do trabalho, ou dos produtos do trabalho pela coerção político-militar, as crises eram precipitadas pela destruição dos fatores de produção, causada ou por catástrofes naturais ou sociais, mas sempre por razões extra-econômicas.

Epidemias, inundações, incêndios, terremotos, guerras, migrações e invasões provocavam a destruição de forças produtivas e, em consequência, fome e até despovoamento. Esses fatores se entrelaçavam e se determinavam mutuamente, de tal forma que as crises demográficas eram as consequências dramáticas das crises. Por isso, as crises pré-capitalistas foram definidas como crises da subprodução de valores de uso, e se explicam por um grau insuficiente de desenvolvimento da produção. Ou seja, historicamente, tiveram na sua raiz um agravamento da escassez ou numa ampliação da penúria.

Já o capital introduziu na história um novo tipo de crise, as crises industriais, em que o desemprego resulta de uma abundância de mercadorias que não encontram consumidores. A teoria da crise capitalista em Marx sublinha a idéia, aparentemente paradoxal, de que seria a sobreacumulação de capitais que não encontram valorização ou, dito de outra forma, a superprodução de mercadorias que não encontram compradores, que empurraria, regularmente, a sociedade no abismo de crises de ajuste para garantir a recuperação da taxa média de lucro. Em outras palavras, no capitalismo a destruição material das forças produtivas não se apresenta como causa, mas como consequência da crise.

A crise não seria provocada porque existiria menos trabalho vivo disponível. Ao contrário, haveria mais desemprego porque há crise. Não seria a diminuição da produtividade do trabalho que provocaria o flagelo



Marx

da fome, mas a deflação gerada pela crise que provocaria o desemprego e multiplicaria as hordas de excluídos. Segundo Marx, a crise capitalista se manifestaria como crise de superprodução, isto é, como um excesso de valores de troca disponíveis.

A DUPLA NATUREZA DA CRISE CÍCLICA

Esta formulação da crise econômica estabeleceu os fundamentos objetivos da elaboração sobre a teoria da revolução em Marx, já que não seria razoável pensar sequer uma crise política séria, sem o lastro de uma crise econômica que impulse a experiência material das classes exploradas para a luta na defesa de seus interesses. Vale a pena, entretanto, destacar, antes de avançarmos no nosso tema, duas observações provisórias:

- a) a teoria do ciclo de renovação do capital fixo está na raiz da compreensão marxista de que o capitalismo não realiza sua reprodução ampliada sem mergulhar a sociedade em seu conjunto, e o proletariado em particular, em sucessivas, recorrentes, e inexoráveis calamidades, que exigem a destruição parcial de forças produtivas e têm um custo social imensurável. Este processo de passagem da fase ascendente do ciclo à descendente, e vice-versa, pareceria, segundo Marx, obedecer a causalidades endógenas, ou seja, internas ao movimento do sistema. O mecanismo de impulso do ciclo é o processo de acumulação de capital que estabelece a pulsação de fases de crescimento e de recessão. Os ciclos observados por Marx e reconhecidos por inúmeros outros estudiosos e escolas econômicas pareceriam ter uma regularidade decenal, mas, nas últimas três décadas, existiriam evidências de intervalos menores que sugerem um encurtamento do movimento de rotação do capital, uma das contratendências que favorecem a recuperação da taxa média de lucro, e adiam uma crise mais devastadora;
- b) a hipótese sugerida por Marx explica que a crise tem uma dupla natureza: (1) é, ao mesmo tempo, um momento de irrupção de irracionalidade histórica, porque cobra de toda a sociedade um



sofrimento sistemático e, desta forma, é também o momento de máxima vulnerabilidade do capital; (2) é a forma como o capitalismo supera as suas contradições, uma vez que é na crise que ocorre a elevação da extração da massa de mais-valia, a desvalorização de capitais que são exigidos pela necessidade de recuperar os níveis da taxa média de lucro que incentivarão novos investimentos, a renovação da base tecnológica que ficou obsoleta, permitindo uma nova fase ascendente de crescimento produtivo.

A QUEDA DA TAXA MÉDIA DE LUCRO COMO TENDÊNCIA HISTÓRICA

Marx apresentou a lei da baixa da taxa média de lucro como sendo uma tendência histórica, tanto por razões metodológicas, como a compreensão dos limites do que podemos considerar como leis históricas, quanto por preocupação política com possíveis simplificações de suas próprias conclusões, como a tentação voluntarista de projetar no tempo uma data-limite para a crise final do capitalismo. Para os marxistas, todos os fenômenos da realidade têm uma natureza contraditória, mas isso não significa que seu movimento seja indeterminado. Uma dinâmica se afirma sobre os antagonismos, abrindo passagem sobre os obstáculos. Não há equilíbrio no mundo, mas conflito.

Ainda nos *Grundrisse* se deteve no comentário das contratendências que poderiam neutralizar e até, em determinadas circunstâncias histórico-sociais, inverter de maneira transitória a ação dos fatores que pressionam no sentido da queda da taxa média de lucro e, portanto, da precipitação da crise, como se pode perceber a partir deste fragmento:

No movimento desenvolvido do capital existem fatores que detêm esse movimento mediante outros recursos do que as crises; tal como, por exemplo, a contínua desvalorização de uma parte do capital existente; a transformação de uma grande parte do capital em capital fixo, que não presta serviços como agente da produção direta; desperdício improdutivo de uma grande parte do capital, etc. [...] Que, além do mais, pode-se deter a baixa da taxa de lucro suprimindo limitações ao mesmo, por exemplo, abaixando impostos, diminuindo a renda

do solo, etc., não é tema que se possa considerar aqui, por maior que seja a sua importância prática, já que se trata de partes do lucro com outra denominação, as quais foram apropriadas por pessoas que não são propriamente capitalistas [...] A diminuição se opõe, da mesma forma, mediante a criação de novos ramos de produção, nos quais se requer mais trabalho imediato em proporção ao capital, ou naqueles onde ainda não está desenvolvida a força de produção do trabalho, isto é, a força produtiva do capital (Também os monopólios).³



Lucio Colletti

A sua crítica da economia política estava orientada por um critério histórico-chave: a necessidade de demonstrar o caráter transitório e a caducidade do capitalismo e a possibilidade de uma reorganização da produção social da riqueza através da socialização. Mas estava alerta para os perigos de uma análise catastrofista das crises cíclicas, que poderiam alimentar uma perspectiva fatalista de uma morte “natural” do capitalismo, convulsionado por um cataclismo econômico. Destacava, portanto, a operação da queda da taxa média de lucro como uma tendência histórica. Ainda assim como uma lei condicionada: a operação de forças de pressão que poderiam ser, pelo menos parcialmente, neutralizadas, adiando um desenlace catastrófico. Mas, ao mesmo tempo, uma tendência irrefreável do movimento de rotação do capital.

A polêmica sobre a existência, em Marx, dessa formulação da crise foi, evidentemente, muito controversa. Não é essa a interpretação de inúmeros estudiosos de *O capital*, como se pode comprovar neste fragmento de Jorge Grespan:

A alternância de fases em que a tendência à crise se realiza efetivamente com aquelas em que ela permanece apenas em latência, embutida na acumulação como seu negativo, introduz um elemento essencial no processo, conferindo-lhe o sentido mais rico de padrão ou ritmo em que o termo se manifesta intermitentemente como o ponto de inflexão de uma fase para outra, e não exatamente como um colapso que destruiria completamente, e de uma só vez o sistema.⁴

Essa conclusão teórica foi, sem dúvida, uma das hipóteses centrais que influenciou e dividiu a geração marxista da Segunda Internacional em alas irreconciliáveis, já que o tema teórico é indivisível da discussão da articulação da crise econômica e da crise política, e da possível agudização desta em

crise revolucionária. Uma outra visão, um pouco distinta da de Grespan, é a apresentada por Lucio Colletti, como se pode conferir no fragmento que se segue.

Pois bem, a convicção que formamos a propósito disso é que na obra de Marx há uma “teoria do colapso”, mas que aí, por outra parte, também há razões para refutar, em princípio, a validade de qualquer teoria dessa espécie. Deixamos de lado a questão da periodicidade das crises e de seu progressivo agravamento que, na obra de Marx, é uma questão talvez elaborada de maneira menos conclusiva. Segundo nossa opinião, uma cabal e autêntica “teoria do colapso” é, pelo menos, “a lei da queda tendencial da taxa de lucro”. Aqui a palavra “tendencial” não deve levar a enganos. De fato, essa palavra está indicando por certo que “a lei enquanto tal” é freada pela ação de causas antagônicas que “se opõem e neutralizam os efeitos dessa lei geral, dando-lhe simplesmente o caráter de uma tendência”. Mas isto não quer dizer que a lei seja anulada ou suprimida, mas sim que sua “vigência absoluta se vê contida, entorpecida”; vale dizer que a lei tem vigência, mas num arco mais amplo de tempo e através de um processo mais complicado. De fato, se assim não fosse, nem sequer se compreenderia por que há que se falar de lei.⁵

A perspectiva colocada por Colletti merece ser valorizada à luz das seqüelas depressivas das últimas três décadas. Depois do esgotamento dos assim chamados “trinta anos de ouro”, o capitalismo mundial entrou em uma fase de ciclos cada vez mais curtos, mas com taxas de crescimento que são próximas da metade do período do pós-guerra. Com a redução da importância das políticas keynesianas anticíclicas, o papel preventivo da ação do Estado se reduziu, embora não tenha sido eliminado.

Caracteristicamente, as recessões desses ciclos mais curtos foram também mais brandas, quase como se o movimento de rotação do capital fosse preventivamente acelerado, mas controlado para evitar depressões demasiado profundas. Ou seja, a substituição de equipamentos obsoletos por máquinas mais eficientes obedece a uma necessidade de redução de custos que está na raiz do *just in time*, do toyotismo, da qualidade total e de todas as inovações gerenciais dos últimos dez anos.

A perspectiva colocada por Colletti merece ser valorizada à luz das seqüelas depressivas das últimas três décadas.

Mas o coração do sistema precisa bater cada vez mais rápido, porque o volume de sangue é cada vez maior, em um corpo que permanece do mesmo tamanho. A pressão sanguínea tem que subir. O remédio dos vasodilatadores, a intervenção premeditada do Federal Reserve, do Banco Central Europeu e do FMI tem os seus limites. Sobre esse tema é interessante a argumentação de Paul Singer:



Paul Singer

Marx tem o mérito de ser o pensador econômico que colocou a crise no centro de análise da produção capitalista. Em *O capital*, Marx mostra as condições das possibilidades de crise no capitalismo. Mas, nesta análise econômica, não se encaixa a previsão de que as crises deverão se tornar sempre mais extensas e destrutivas. É possível que a teoria que Marx desenvolveu sobre a tendência declinante da taxa de lucro sustente tal conclusão, mas esta teoria carece de consistência lógica, pois algumas das contratendências, apontadas pelo próprio Marx, podem perfeitamente impedir que a taxa de lucro decaia no longo prazo.⁶

Se há contratendências, como o próprio Marx foi o primeiro a admitir, a tendência à queda da taxa média de lucro pode ser, de fato, neutralizada. A questão é, todavia, mais complexa do que um exercício de escolástica marxista. O problema histórico não é saber se é possível que a tendência possa ser neutralizada. Mas responder por quanto tempo e em que condições. Parece incontornável que o crescimento do pós-guerra nos países centrais reuniu condições tão extraordinárias que, dificilmente, seriam reproduzíveis.

Um capitalismo que teria superado a tendência a crises cada vez mais severas? Não estamos entre os que procuram tranqüilidade de espírito transformando uma teoria em construção em um texto canonizado. Não há como contornar a necessária tarefa de confrontar as hipóteses com a realidade concreta. Mas é o próprio estudo da evolução das variáveis econômicas do capitalismo, nas últimas três décadas, sistematicamente publicadas pelo Banco Mundial, que indica a queda das taxas médias de lucro.



Antonio Gramsci

Recordemos os fundamentos da teoria: Marx apostava na hipótese de que o peso crescente do maquinismo, ou seja, da ciência objetivada como tecnologia, exigiria uma tal imobilização de capital, que a tendência à queda da taxa média de lucro seria irrefreável, donde o prognóstico da precipitação de crises mais destrutivas e devastadoras. Como se pode conferir de uma das passagens mais extraordinárias dos *Grundrisse*:

Na mesma proporção, pois, no qual no processo de produção o capital enquanto capital ocupe um espaço maior em relação ao trabalho imediato, quanto mais cresça, pois, a mais-valia relativa – a força criadora do valor, própria do capital – tanto mais cairá a taxa de lucro [...] É esta, em todos os sentidos, a lei mais importante da moderna economia política, e a essencial para se compreender as relações mais difíceis. É, do ponto de vista histórico, a lei mais importante. É uma lei que, apesar de sua simplicidade, até agora nunca foi compreendida.⁷

Na mesma linha vai a apreciação de Gramsci, que não se inclina pela fórmula de igualar tendência e contratendência, uma anulando a outra, *ad infinitum* e, tal como pareceria ser a opinião de Marx, insiste na idéia da primazia da lei:

Quando a tendencidade se converte em uma característica organicamente relevante, como neste caso, no qual a queda da taxa de lucro é apresentada como aspecto contraditório de outra lei, a da produção de mais-valia relativa, na qual uma tende a suprimir a outra, com a previsão de que a taxa de lucro será predominante.⁸

Os últimos cento e cinquenta anos, no entanto, já foram um intervalo histórico suficiente para se concluir que o capitalismo não morre de morte natural: suas crises convulsivas, por mais terríveis, não resultam em processos revolucionários, a não ser quando surgem sujeitos sociais com disposição revolucionária. Compreender a primazia da lei, na longa duração, ou seja, a vigência da tendência mais profunda à crise, não significa aceitar o prognóstico de crise final.

EXPLICAÇÃO MONOCAUSAL E PLURICAUSAL DAS CRISES ECONÔMICAS DE SUPERPRODUÇÃO

Admitindo-se que as crises são inevitáveis, quais seriam os seus fatores de impulso? Muito sumariamente, um primeiro divisor de águas se estabeleceu no marxismo entre os que se inclinam por uma explicação monocausal e outros, pelas pluricausais. Sobre o conceito de crise em *O capital* e a hipótese pluricausal, a partir de um critério lógico/histórico, ou seja, o processo de construção da teoria, vale conferir em Jorge Grespan:

A apresentação dialética das categorias, portanto, que segue o percurso do seu objeto justamente devido ao caráter contraditório dele, expõe a cada passo deste percurso também o aspecto negativo do capital, ou seja, a tendência à crise que lhe é inerente. Não admira, então, que não haja um capítulo específico de *O capital* dedicado às crises, pois em cada momento a contradição constitutiva do capital se manifesta em um conteúdo diferente de crise: interrupção do fluxo de compras e vendas ou de pagamentos; incompatibilidade entre produção e consumo; desproporcionalidade entre os setores em que se divide o capital social; queda da taxa média de lucro; sobreacumulação e desvalorização do capital existente. Para reconstituir o conceito de “crise”, é preciso considerar a relação entre ela e o capital ao longo do conjunto da apresentação das categorias e conforme todos os momentos específicos de sua totalidade.⁹

Admitamos que o argumento é forte. Talvez haja algo mais a considerar sobre a inexistência de um capítulo específico sobre as crises em *O capital*. As crises, na teoria marxista, são elementos cruciais para formular o problema da superação revolucionária do capitalismo. O socialismo não é só um imperativo moral, mas uma necessidade histórica. A revolução será necessária porque o capitalismo condenará a humanidade a terríveis convulsões destrutivas. Podemos talvez presumir que esse capítulo só pudesse aparecer no final da obra, no âmbito do tratamento da totalidade mais ampla, que é o pressuposto para pensar a problemática da transição. Marx não chegou até lá, como sabemos. É a tese de Mézaros em *Para além do capital*, e parece sugestiva.

Entre os que consideram que a crise teria uma determinação fundamental, uma contradição ou antagonismo como força motriz, ou seja, uma causa

central, se debate qual seria esta: se a baixa tendencial da taxa de lucro, ou se outras, como a tendência do capitalismo a desenvolver o progresso técnico sem restrições quaisquer que elas sejam, aumenta a capacidade produtiva instalada de inundar o mercado, enquanto impõe limites estritos ao consumo popular, resulta na superprodução de valores de troca e no subconsumo de valores de uso. Marx compreende no subconsumo popular como uma das causas, mas não como uma das forças motrizes da crise, conforme se poderá concluir:

É uma mera tautologia dizer que as crises surgem da falta de consumo solvente ou de consumidores capazes de pagar. O sistema capitalista não conhece nenhuma classe de consumo que não seja solvente, excetuando-se os pobres e os mendigos. O fato de que as mercadorias não possam ser vendidas quer dizer simplesmente que não se encontram compradores ou, o que tanto vale, consumidores solventes para elas (tanto faz se as mercadorias se destinam em última instância ao consumo produtivo ou se se destinam ao consumo individual). E se se pretende dar a esta tautologia uma aparência de raciocínio profundo, dizendo que a classe operária recebe uma parte demasiado pequena de seu próprio produto, e que este mal pode remediar-se concedendo-lhe uma parte maior, ou seja, fazendo com que aumentem seus salários, cabe observar que as crises vão precedidas sempre, precisamente, por um período de subida geral dos salários, no qual a classe operária recebe uma maior participação na parte do produto anual destinado ao consumo. A rigor, segundo os cavalheiros do santo e “simples” sentido comum, esses períodos parecem que deveriam, pelo contrário, afastar a crise. Isto quer dizer, portanto, que a produção capitalista implica condições independentes da boa ou má vontade dos homens, que só deixam uma margem momentânea para aquela prosperidade relativa da classe operária, que é sempre, além disso, um pássaro que pressagia a crise.¹⁰

Para os fins que nos interessam, no momento, é suficiente assinalar o que não seria especialmente polêmico, ou seja, que, no marco do ciclo industrial, o ciclo de renovação do capital fixo, as flutuações das taxas de crescimento ou recessão estão estreitamente associadas às flutuações da taxa de lucro. Em outras palavras, a crise teria na sua raiz a

Marx tem o mérito de ser o pensador econômico que colocou a crise no centro de análise da produção capitalista.

incapacidade de produção de uma massa de mais-valia que garanta a valorização do capital. Produzir o quê, aonde, para vender para quem? A crise é, por estas razões o momento da máxima vulnerabilidade do capital.

Desse processo resulta uma queda no nível de atividade: aumento do desemprego, deflação, falências das empresas que atuam abaixo do nível de produtividade média, fusões e concentração de capital. A fase descendente do ciclo se aprofunda verticalmente, mas com intensidade variável dependendo das circunstâncias político-sociais concretas, até que a queda no nível de emprego tenha pressionado, de tal forma, no sentido da queda do salário médio, e a desvalorização e destruição de capitais tenha atingido um

tal nível, que a massa de mais-valia se recomponha, junto com a diminuição da massa de capital, garantindo a recuperação da taxa de lucro.

PRIMEIRA POLÊMICA: O AUMENTO DA EXPLORAÇÃO NÃO TEM LIMITES SOCIAIS E POLÍTICOS INTRANSPONÍVEIS?

A forma cíclica ou recorrente da crise encerra um enigma. Qual é o seu fator de impulso? Como explicar uma pulsação regular que alterna fases de crescimento com fases de destruição? É sabido que a regulação mercantil opera como uma “mão invisível” de ajustes entre produção e consumo. Em termos menos obscuros, a alocação de recursos é feita pelo mercado somente *a posteriori* da produção, de maneira que a produção tanto pode estar aquém ou além da demanda. A superprodução de mercadorias que detona a necessidade de ajustes regulares é, no entanto, somente a superfície visível dos movimentos mais profundos de deslocamento das “placas tectônicas” que fazem tremer todo o edifício econômico.

A principal lei do movimento interno do modo de produção capitalista que explica, para os marxistas, a recorrente irrupção de crises é a

A principal lei do movimento interno do modo de produção capitalista que explica, para os marxistas, a recorrente irrupção de crises é a tendência à baixa da taxa média de lucro.

tendência à baixa da taxa média de lucro. Esta taxa de lucro é definida, em Marx, como a proporção entre a massa de mais-valia e o capital empregado para produzi-la, ou o conjunto da mais-valia produzida dividida pelo conjunto do capital.

A tendência à queda se explicaria pelo constante aumento da composição orgânica. Como a parcela do capital que garante a produção de mais-valia (o capital variável, utilizado na compra da força de trabalho) tende a ser uma fração cada vez menor do capital em seu conjunto, já que se manifesta a irrefreável tendência à substituição de trabalho vivo por trabalho morto, a rentabilidade média, em princípio, teria que cair. O que nos diz Rosdolsky comentando Marx:

A composição média do capital social aumenta constantemente [...] Em poucas palavras, a lei da taxa decrescente de lucro [...] diz: tomando uma quantidade qualquer do capital social médio, por exemplo um capital de 100, uma parte cada vez maior dele é formada por meios de trabalho, e uma parte cada vez menor é formada por trabalho vivo. A quantidade global de trabalho vivo, agregado aos meios de produção, diminui em relação ao valor desses meios de produção. Logo, também diminui o trabalho não pago e a parcela de valor na qual ele se expressa, em relação ao valor do capital global adiantado [...] A consequência direta é que, se o grau de exploração do trabalho se mantém constante, a taxa de mais-valia gera uma taxa geral de lucro constantemente decrescente.¹¹

Em uma palavra, se não agirem os fatores que podem neutralizar a diminuição do peso do trabalho vivo, o lucro, proporcionalmente ao capital investido, deve cair. Sabemos, todavia, que inúmeros fatores atuam bloqueando esta queda. O mais decisivo entre todos é o aumento da exploração. Por exemplo, se forem elevadas as horas não pagas, ou seja, se a taxa de apropriação de mais-valia aumenta, o capital acelera o seu processo de acumulação, e a taxa de lucro não cai. Mas, se aumenta a exploração, aumenta a desigualdade. Como vieram evoluindo à escala mundial essas relações entre as classes? Aumentou a distribuição de renda, como pretendem os apologistas da globalização, ou aumentou a pobreza? Desde os anos 1980, os indicadores vêm revelando uma intensificação nas condições de superexploração. O recente relatório da ONU é aterrorizador:

Os anos 90 significaram retrocesso sem precedentes no desenvolvimento humano do planeta. “O que mais chama

a atenção é a extensão da estagnação e dos reveses, que não haviam sido vistos nas décadas anteriores”, diz o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) [...]. O problema aparece no próprio balanço da década do IDH – índice de desenvolvimento humano, número calculado pela ONU a partir de indicadores de educação, saúde e renda. Nos anos 80, apenas quatro países haviam tido diminuição em seu índice. Na década seguinte, foram 21 [...] Completa o cenário o fato de que em 54 países a renda *per capita* está mais baixa que em 1990, 20 deles na África subsaariana. Além disso, em 34 nações a expectativa de vida diminuiu, em 21 há mais gente passando fome, e em 14 mais crianças morrem antes dos cinco anos. “Para muitos países, os anos 90 foram uma década de desespero”, diz o Pnud. Assim, após rápida melhora nos anos 70, a evolução global do IDH se desacelerou nos anos 90.¹²

A tendência à queda da taxa de lucro é, portanto, intrínseca à existência do capital. Existiriam, todavia, limites ao aumento da extração de mais valia? Esta pergunta não é irrelevante porque, se o aumento da exploração pudesse ser ilimitado, então, as crises seriam mais suaves, ou até mesmo, eventos passageiros, embora nunca indolores. Seria desnecessário destruir, maciçamente, forças produtivas para conseguir a desvalorização de capitais e provocar a queda do salário médio.

Parece razoável reconhecer que há limitações intransponíveis para o agravamento da exploração. Em primeiro lugar, existe um limite objetivo que são as mínimas condições biológico-neurológicas que devem ser respeitadas para preservar a mão-de-obra. Em segundo lugar, devemos considerar a luta de classes e presumir que as condições de exploração expressam, além de fatores históricos, ou seja, as conquistas herdadas pela resistência das gerações anteriores, uma determinada relação de forças. Esses limites são variáveis, porém irreduzíveis. Do ponto de vista dos trabalhadores, a liberdade não se resume às condições de expressão, organização ou manifestação. Há uma liberdade que diz respeito ao direito à vida, a liberdade dos músculos e nervos.

Consideremos um exemplo histórico. A expectativa média de vida na escravidão dos engenhos de cana no Brasil colonial está razoavelmente estabelecida, admitindo um cálculo conservador, em menos de dez anos de trabalho. A expectativa de vida é, para além de qualquer dúvida, um dos indicadores mais relevantes dos graus de

exploração. Ocorre que essas condições de exploração correspondiam a uma relação de forças dramaticamente desigual entre as classes em luta.

No Brasil do início do século XX, segundo o censo do IBGE do ano 2000, a expectativa média da população masculina é de 68 anos, mas, depois dos 54 anos, a maioria terá sofrido algum prejuízo irreversível na saúde e grande parte dos aposentados do INSS morrerá antes de completar cinco anos recebendo o benefício. As condições históricas mudaram, evidentemente, como consequência de lutas seculares. Não poderiam retroagir ao século XIX, ou sequer a situações remotamente próximas, sem que houvesse uma guerra civil e um genocídio contra o povo trabalhador.

Essas condições no Brasil contemporâneo são, por sua vez, ainda qualitativamente inferiores se comparadas com as ainda existentes, embora ameaçadas, nos países centrais. Na verdade, há variações muito significativas até mesmo entre os diferentes países imperialistas, para não recordarmos as desigualdades entre os continentes. Elas remetem a histórias diversas e processos na luta de classes os mais variados. Não se deve ignorar que, em geral, as condições de vida da classe trabalhadora são piores na Ásia que na América Latina, e ainda mais desoladoras na África que na Ásia. A latino-americanização do Leste Europeu e da Rússia, assim como a asiaticização da América Latina nos anos 1990, correspondeu a uma regressão histórica que caracteriza a atual etapa de crise crônica do capital.

Esses processos traduzem a elevação do padrão histórico de exploração do trabalho e são a forma prioritária da recuperação da taxa média de lucro. Mas provocam, inexoravelmente, grande instabilidade política. A resistência na América Latina, insurreições na Argentina, em 2001, contra um governo entreguista de De La Rúa e na Venezuela, em 2002, contra os golpistas são a forma mais radicalizada de uma resistência que conseguiu mobilizar em dezenas de países mais de 10 milhões contra a guerra americana no Iraque.

A expectativa média de vida na escravidão dos engenhos de cana no Brasil colonial está razoavelmente estabelecida, admitindo um cálculo conservador, em menos de dez anos de trabalho.

SEGUNDA POLÊMICA: O BARATEAMENTO DAS MATÉRIAS-PRIMAS NÃO TEM LIMITES AMBIENTAIS?

Vários outros fatores, entretanto, pressionam pela recuperação da taxa média dos lucros. Consideremos, em segundo lugar, o barateamento das matérias-primas que estão na base da cadeia produtiva das mercadorias que são indispensáveis à sobrevivência dos trabalhadores, e decisivas para a definição do salário médio. A queda do preço das *commodities* é uma tendência histórica, ainda que se manifeste com intensidade variada, dependendo dos produtos, e traduz também um padrão de transferência de riqueza dos países da periferia para os países do centro. Existiria um limite absoluto ou estaríamos próximos de atingir esses limites nas atuais condições de globalização?

Os estrategistas de Washington que assessoram a administração Bush parecem dar grande importância à escassez de matérias-primas, como o petróleo, já que não hesitaram em deflagrar duas guerras em um só mandato, se é que não preparam mais intervenções, visto o seu interesse em implantar novas bases militares mundo afora, como em Alcântara, no Maranhão. Vejamos o que nos diz Lester Brown, um dos estudiosos mais especializados no impacto econômico dos desastres ecológicos:

Desde o início da agricultura, o clima da Terra tem se mantido extraordinariamente estável. Hoje, a temperatura está em elevação devido aparentemente ao efeito estufa – o aquecimento resultante do aumento da concentração de gases retentores de calor, principalmente o dióxido de carbono (CO_2), na atmosfera. Esse aumento de concentração do CO_2 tem duas origens: a queima de combustíveis fósseis e o desmatamento. Anualmente, mais de 6 bilhões de toneladas de carbono são liberadas na atmosfera com a queima de combustíveis fósseis. As estimativas da liberação de carbono pelo desmatamento variam muito, mas se concentram em 1,5 bilhão de toneladas/ano. A liberação de CO_2 dessas duas fontes está simplesmente suplantando a capacidade da natureza de fixar o dióxido de carbono. Quando a Revolução Industrial iniciou, em 1760, as emissões de carbono da queima de combustíveis fósseis eram insignificantes. Mas, já em 1950, haviam atingido 1,6 bilhão de toneladas anuais, um volume que já incrementava os níveis atmosféricos de CO_2 .¹³



De La Rúa

Poderíamos nos perguntar em que medida o efeito estufa estaria relacionado com as condições de barateamento das matérias-primas. A resposta não é misteriosa. Ninguém ignora que o salário dos trabalhadores de todo o mundo é consumido, primeiramente, em alimentos. Uma diminuição dos preços da cesta básica tem evidente relação com condições políticas que favorecem uma possível queda dos salários, sem revolta maior do proletariado. A deflação das matérias-primas foi um dos fatores que explicam a queda ininterrupta dos

salários médios dos últimos vinte anos, sem que se elevasse a temperatura da luta de classes nos países centrais. Mas poderia essa queda nos preços dos alimentos continuar acontecendo? Ou, ao contrário, estamos cada vez mais próximos de uma elevação qualitativa do preço dos grãos, a base da cadeia alimentar humana? De novo, Lester Brown:

Uma dieta americana, rica em produtos pecuários, requer quatro vezes mais grãos por pessoa que uma dieta baseada no arroz num país como a Índia. O consumo quatro vezes maior de grãos por pessoa significa igual crescimento no consumo de água. Outrora um fenômeno localizado, hoje a escassez de água rompe fronteiras, por meio do comércio internacional de grãos [...]. A perda da capacidade de produção de alimentos é então compensada pela importação de grãos do exterior. É a forma mais eficiente para países com déficit hídrico importarem água, uma vez que 1 tonelada de grãos representa mil toneladas de líquido [...]. É muito comum ouvir hoje em dia que as guerras futuras na região provavelmente envolverão a disputa pela água e não pelo petróleo. Talvez. Mas, considerando a dificuldade de se vencer uma guerra da água, a competição pelo precioso líquido provavelmente deverá ocorrer nos mercados mundiais de grãos. Os países que “ganharão” essa competição serão aqueles com maior força financeira.¹⁴

O prognóstico pode parecer exagerado, porém corresponde a uma projeção admitida pela própria ONU. A escassez de água que resulta da elevação das temperaturas como consequência da emissão de poluentes já estimulou um tratado internacional assinado em Kyoto, que os Estados Unidos insistem em recusar. Essa obstinação não é gratuita. A solução capitalista para a crise anunciada é a ampliação de um novo mercado, com a biotecnologia, e a liberação mundial do comércio das sementes de

transgênicos. Pouco importa às multinacionais, que calculam lucros estratosféricos com os *royalties* das patentes, se todas as análises médico-clínicas recomendam prudência e sugerem uma quarentena para o uso de grãos geneticamente alterados, antes de liberá-los para o consumo humano. Tudo são negócios.



TERCEIRA POLÊMICA: EM QUE MEDIDA, AS NOVAS TECNOLOGIAS SÃO UM FATOR SUFICIENTE DE BLOQUEIO DA CRISE?

A introdução de novas tecnologias poderia contrariar a queda da taxa média de lucro? A elevação da produtividade, pela poupança do tempo médio de trabalho socialmente necessário, é um movimento necessário do capital para vencer a concorrência no mercado, mas é também um fator de crise do sistema. Novos equipamentos industriais substituem máquinas obsoletas para reduzir custos e vencer a concorrência. Marx já tinha dado importância a este contrafator:

Não há dúvida de que a maquinaria fica mais barata, por duas razões: (a) a aplicação da própria maquinaria na produção de matérias-primas usadas para construir as máquinas; (b) a utilização de maquinaria na transformação desse material em maquinaria [...]. Apesar do barateamento dos elementos individuais, o preço da maquinaria como um todo aumenta enormemente e o aumento da produtividade consiste na expansão contínua da maquinaria [...] Logo, ao aumento da produtividade do trabalho por meio da maquinaria corresponde um aumento do valor da maquinaria, em relação à quantidade de trabalho empregado e, portanto, ao valor do trabalho, ao capital variável.¹⁵

As discussões teóricas e historiográficas sobre este tema são complexas porque, entre outros aspectos, remetem às relações entre economia e ciência, e entre ciência e tecnologia. Mas o progresso técnico impulsionado pela acumulação de capital parece estar, consensualmente, na sua raiz.

Enunciemos o problema. Como é possível aumentar a taxa de mais-valia? A extração de mais-valia só é possível porque uma mercadoria, o trabalho, é sistematicamente vendida por um preço menor do que o valor que ela incorpora ao processo

produtivo. Essa exploração só é possível porque os trabalhadores, a maioria da população, não têm como sobreviver, a não ser vendendo o seu trabalho. É, justamente, por serem muitos e não terem nada, que os trabalhadores são, na economia de mercado, regulada pela oferta e procura, mais frágeis que os proprietários de capital. É, no entanto, também por serem muitos e não

terem nada que os trabalhadores podem vir a ser muito mais fortes que seus carrascos, na luta política. Foram os primeiros socialistas que gravaram na história, com seu sangue derramado, uma das palavras de ordem fundadoras do movimento operário: "quem nada tem não tem nada a perder".

Poderíamos nos perguntar: mas, então, as máquinas não transferem, também, valor ao produto final? Evidentemente, os equipamentos industriais transferem uma massa de valor cada vez maior e quanto mais modernos mais valor transferem para o produto final. Nunca transferem, no entanto, mais valor do que contêm. O que não parece difícil de compreender: por que os capitalistas venderiam, uns aos outros, sem serem ameaçados, mercadorias por um preço inferior ao seu valor?

Marx não ignorava que a elevação da mais-valia relativa poderia ser um fator de neutralização da queda dos lucros, já que máquinas mais modernas permitiriam elevar a produção e reduzir os custos, sem aumentar a jornada de trabalho e sem reduzir os salários. Mas destacou que esse movimento do capital, na longa duração, teria como consequência o aumento da composição orgânica, porque diminuiria o peso do trabalho vivo em relação ao trabalho morto, e, como só o trabalho vivo gera mais valia, a taxa de lucro média teria que cair.

Não poucos autores, todavia, ofereceram uma imensa valorização às possibilidades das novas tecnologias adiarem os prazos históricos da crise. Muito se escreveu sobre as virtudes da Terceira Revolução Indus-

A elevação da produtividade, pela poupança do tempo médio de trabalho socialmente necessário, é um movimento necessário do capital para vencer a concorrência no mercado, mas é também um fator de crise do sistema.

trial e o toyotismo. Microeletrônica e biotecnologia seriam os novos ramos que substituiriam o lugar que as armas e a indústria automobilística tiveram depois da Segunda Guerra Mundial.

A restauração capitalista na ex-URSS e no Leste Europeu, assim como o processo de recolonização da periferia do sistema não foram suficientes, no entanto, pelo menos por enquanto, para garantir um relançamento econômico de fôlego. Cezar Benjamin adianta uma explicação interessante:

Também as análises que enfatizam o desenvolvimento tecnológico, ou a chamada Terceira Revolução Industrial,

são insuficientes para resolver o nosso problema. É verdade que a mutação tecnológica mais ou menos recente contém dois elementos capazes de adiar a crise. De um lado, permitiu expandir o espaço geográfico abrangido pela acumulação capitalista, incorporando vastas regiões e populações (antes só marginalmente incorporadas) ao sistema produtivo diretamente controlado pelo capital; por essa via, grande quantidade de trabalho vivo e novos mercados em ascensão, não saturados, tornaram-se disponíveis para o capital nas últimas décadas, somando-se aos “estoques” mais antigos. De outro, o desenvolvimento técnico permiti-

tiu encurtar o tempo da acumulação, ou o ciclo do capital, tornando mais rápido e eficiente o circuito de produção, circulação e realização de bens e serviços – o que, como se sabe, também é um mecanismo de sustentação das taxas de lucro (“Circulação sem tempo de circulação é a tendência do capital”, dizia Marx).¹⁶

A redução do movimento de rotação do capital de sua média decenal para ciclos mais curtos, que expressam a velocidade mais acentuada de introdução das inovações tecnológicas e de renovação dos equipamentos industriais, parece ser uma das mudanças do último período, mas ainda assim insuficiente para uma explicação satisfatória, como reconhece também Cezar Benjamin:

Ao permitir simultaneamente expandir o espaço (leia-se, incorporar populações) sob controle efetivo do capital e contrair o tempo da acumulação, a mutação da base técnica pode ter contribuído, de fato, para que a crise potencial não se instalasse. Mas, paradoxalmente, essa mesma mutação contém também elementos que

deveriam apressar a crise: o aumento da produtividade tem sido muito superior ao aumento da produção; a capacidade de incorporar trabalho vivo nas regiões “velhas” (especialmente nas mais desenvolvidas) diminuiu dramaticamente; a acumulação fictícia (D-D’) cresceu muito mais que a acumulação produtiva; a tendência à superprodução se tornou mais nítida em um mundo no qual o desemprego aumenta, os salários reais diminuem, os gastos anticíclicos dos Estados nacionais se contraem; e assim por diante.¹⁷

Não parece ter consistência, portanto, a hipótese que trabalha com o conceito de Terceira Revolução Industrial, para tentar vaticinar a abertura de uma etapa histórica em que o capitalismo teria superado as suas tendências à crise. As inovações da microeletrônica e os novos métodos de gestão do trabalho (toyotismo, *just in time*, qualidade total, etc.) podem ajudar a compreender a redução do ciclo, mas são insuficientes para fundamentar o início de uma nova etapa histórica de crescimento sustentado.

QUARTA POLÊMICA: A EXPANSÃO DO MERCADO MUNDIAL JÁ ATINGIU A ÚLTIMA FRONTEIRA?

A expansão horizontal do mercado mundial é a outra tendência que retarda a queda da taxa média de lucro. Este é um dos argumentos mais poderosos dos que prevêem que a atual frente fria da recessão se deslocará para longe, com os primeiros ventos da estabilidade no fim do verão no hemisfério Norte. Ela deve nos recordar o prognóstico de Rosa Luxemburgo, que salientou que o capitalismo encontraria limites dificilmente superáveis, “quando o último camponês do último país atrasado” fosse incorporado às regulações impostas pelo mercado mundial. Essa internacionalização já se aproxima da última fronteira, se é que já não esgotou todas as possibilidades.

Não parece haver novas áreas significativas depois da grande migração de mais de 70 milhões de pessoas na China, dos últimos quinze anos, que possam ser incorporadas ao processo de circulação de capital sem riscos políticos imprevisíveis. Não será fácil encontrar um outro país com recursos continentais em que existam condições sociais para uma “industrialização primitiva” como a realizada nas costas da China, com salários médios de um dólar por dia, sem violentas resistências camponesas à pauperização proletária.

Não parece ter consistência, portanto, a hipótese que trabalha com o conceito de Terceira Revolução Industrial, para tentar vaticinar a abertura de uma etapa histórica em que o capitalismo teria superado as suas tendências à crise.

A ofensiva imperialista de recolonização concentra-se, com muita evidência, em explorar as máximas possibilidades desse processo como alicerce de uma nova fase de crescimento mais sustentado. A guerra no Iraque estava inserida nessa perspectiva, assim como o projeto da Alca. Mas ambos encontram resistências renovadas, tanto na Intifada palestina como nas lutas que convulsionam a América Latina nos últimos anos.

Ninguém poderá negar, sem temeridade do ridículo, que o capitalismo ainda tem um terreno de ampliação no mundo, mas estes não são os termos apropriados para uma avaliação séria sobre as perspectivas da economia mundial. A questão consiste em esclarecer se há alguma área que possa atrair investimentos produtivos capazes de promover um relançamento mundial sustentado da economia internacional, se a China, com suas imensidões, e mesmo considerando-se o lugar que ocupa no mercado mundial, não conseguiu fazê-lo. Não parecem animadoras as projeções de crescimento do mercado mundial.

QUINTA POLÊMICA: A MAGNITUDE DO CAPITAL PODE COMPENSAR UM MOVIMENTO DE ACUMULAÇÃO MAIS LENTO?

As grandes migrações – as *Volkerwanderung*, na expressão cunhada por Toynbee – e as guerras de conquista foram um padrão histórico-chave para compreender os processos de transformações políticas, antes da constituição do mercado mundial e de um sistema mundial de Estados sob hegemonia européia.

Existiram, no passado pré-capitalista, sociedades e civilizações que, ainda quando dilaceradas pela exacerbação de contradições endógenas, sucumbiram sob a pressão de fatores exógenos (como invasões) e desmoronaram como um castelo de cartas. O Império Romano do Ocidente, deslocado pelos germânicos, o Império Asteca, derrubado pelos conquistadores de Castela, entre tantos outros exemplos, eram, em grande medida, edifícios já previamente condenados.

Todos os modos de produção pré-capitalistas garantiam a extração de sobretrabalho por mecanismos extra-econômicos e, portanto, o deslocamento do Estado punha por terra as relações

jurídico-políticas que permitiam a apropriação do excedente social. Já o capital garante a apropriação de sobretrabalho por métodos econômicos, de tal forma que, mesmo depois da derrota e destruição do Estado burguês, as relações capitalistas podem sobreviver, como a história demonstrou na URSS, nos poros das relações mercantis. Os desafios da transição pós-capitalista são, portanto, muito mais complexos.

Como já vimos, a lei da tendência da queda da taxa média de lucro estabelece o quadro teórico da interpretação marxista sobre os limites históricos do capitalismo. Ela procura explicar o movimento na forma de ciclos que exigem a destruição regular de forças produtivas como forma de ajuste interno do sistema. Ela alimenta, todavia, uma quinta velha polêmica, que merece ser recuperada. Será que a magnitude do capital, as dimensões colossais que a acumulação já atingiu, que permitem que tenhamos hoje, por exemplo, pelo menos US\$15 trilhões circulando, diariamente, nos mercados financeiros compensa a redução da taxa média de lucro?

Na realidade, porém a queda da taxa de lucro “é apenas uma tendência, como ocorre com todas as leis econômicas, sendo inibida por numerosas influências que atuam em sentido contrário”. A taxa de lucro mantém uma relação inversa com o incremento da mais-valia relativa ou do mais-trabalho relativo, com o desenvolvimento das forças produtivas, e com a magnitude do capital empregado na produção como capital constante.¹⁸

Uma relação inversa, ou seja, quanto maior a magnitude do capital empregado na produção, como capital fixo ou constante, proporcionalmente menor será a taxa de lucro, mas maior o lucro, em termos absolutos. Se uma massa de capital, hipoteticamente, de 100 realiza a acumulação a uma taxa de lucro anual de 15%, seu lucro será igual a 15, mas uma massa de 200, com um retorno de 10%, terá um lucro maior, de 20, embora o seu movimento de acumulação seja mais lento.

A magnitude compensa a queda da taxa média de lucro, mas ainda assim seria necessária uma taxa

A ofensiva imperialista de recolonização concentra-se, com muita evidência, em explorar as máximas possibilidades desse processo como alicerce de uma nova fase de crescimento mais sustentado.

mínima que compense o risco, sob pena de que, fatalmente, massas incomensuráveis de capital se afastem da produção. A financeirização do capitalismo deve ser compreendida, portanto, como uma tendência histórica e irrefreável e está inscrita como uma de suas tendências evolutivas há muitas décadas. Financeirização e recessão crônica se retroalimentam, mutuamente, como um dos mecanismos de recuperação da taxa média de lucro.

Voltemos, entretanto, ao nosso enunciado. Será que o volume do capital, mesmo quando se verifica que a acumulação é mais lenta, porque o lucro é proporcionalmente cada vez menor, pode neutralizar a tendência à queda e continuar sendo suficientemente atraente para justificar uma objetivação de capitais na produção? Recuperemos de novo Rosdolsky:

Todavia – e dentro de determinados limites – o capital pode compensar a queda da taxa de lucro mediante o aumento da massa de lucro. Sobre isso, lemos nos Grundrisse: “Na média a massa de lucro – ou seja, a mais-valia considerada à margem de sua relação formal, não como proporção, mas sim como simples magnitude de valor, sem relação com nenhuma outra magnitude – crescerá não conforme a taxa de lucro, mas sim conforme o volume do capital. A taxa de lucro evolui em relação inversa ao valor do capital, mas o lucro total evolui em relação direta com ele”.¹⁹

Já destacamos que a queda dos lucros na produção está na raiz da fuga de capitais de investimentos produtivos e da alocação cada vez maior de massas de capital em papéis. Que futuro poderíamos atribuir a um sistema em que a riqueza foge da atividade produtiva? Presumir crises cada vez mais devastadoras socialmente e politicamente insustentáveis não parece, portanto, catastrofismo. Vejamos, finalmente, se a realidade que nos cerca confirma ou não as premissas teóricas apresentadas.

A GRANDE RECESSÃO MUNDIAL DO INÍCIO DO SÉCULO XXI DESMENTE A EUFORIA DA GLOBALIZAÇÃO

A ofensiva mundial que Washington promoveu depois da eleição de Bush e do 11 de setembro continuará, porque ela responde a necessidades inescapáveis da economia capitalista internacional e, no campo imperialista, nenhum outro centro

possui um plano B. A arquitetura renovada da Otan, a blindagem da OMC, a articulação da Alca, as pressões restauracionistas sobre a China e recolonizadoras sobre a Rússia, assim como a perseguição das organizações da resistência palestina são iniciativas políticas que só podem ser compreendidas no marco de uma estratégia econômica de longo alcance. Trata-se de um projeto de recuperação das perspectivas da economia capitalista para o próximo meio século.

As diferenças políticas no campo imperialista se acentuaram seriamente em função da decisão de Washington e Londres de conquistar militarmente o Iraque, embora a vitória fulminante tenha reduzido o nível dos atritos. Paris e Berlim não estão dispostas a desafiar de maneira continuada a liderança americana e parecem aceitar um lugar complementar na preservação da ordem mundial. Na raiz dessa localização política estão condicionamentos econômicos. Os Estados Unidos são os maiores compradores da União Européia.

Mas, se as tensões entre os países centrais se agudizaram, curiosamente os graus de unidade política da burguesia americana aumentaram. A política externa estratégica dos democratas no Congresso, depois do 11 de setembro, parece diferir pouco da política dos conservadores na Casa Branca. Não há evidência de desacordos sobre a necessidade de reforçar a segurança mundial das corporações e dos investimentos, eliminando os países independentes que ainda preservam algum grau de autonomia em relação ao imperialismo. Por isso, Washington insiste em campanhas contra o Irã, Cuba e a Coreia do Norte. E procura saídas mais estratégicas para os impasses da economia norteamericana, como a implantação da Alca até 2005.

O Japão não consegue sair da sua longa estagnação: no período 1990-2000, cresceu apenas a uma taxa anual média de 1,1% contra 4% de média nos anos 1979-1990 – de longe, o pior desempenho dos países imperialistas – e, em 2001, registrou uma queda de -0,3% no PIB. O ano passado voltou a andar de lado. A União Européia teve, também, uma dinâmica negativa: o PIB da UE teve uma taxa média de crescimento de 2,4% de 1994 a 1999, mas, em 2001, só cresceu 1,6%, enquanto a taxa de desemprego teve uma inversão do seu ciclo descendente que vinha se manifestando desde 1995. Não surpreende, portanto, se a

economia mundial continue em desaceleração: cresceu 4,7% em 2000, 2,2% em 2001 e as projeções para 2003 sinalizam um crescimento ainda menor.

Mas os fatores mais impressionantes da atual crise nem sequer passam por esses grandes indicadores econômicos. O calcanhar de Aquiles do capitalismo mundial se manifesta com máxima intensidade no naufrágio da “nova economia” (informática e telecomunicações). A “nova economia” vinha sendo encarada como locomotiva do crescimento, mas o próprio Nasdaq registra uma queda acumulada de 74% no seu índice (queda entre o valor de março de 2000 e outubro de 2002). Uma desvalorização histórica que teve impacto sobre os setores da economia tradicional. Atrás da quebra do Nasdaq veio a implosão da bolha especulativa em outros grandes índices da bolsa: no mesmo período, as ações caíram 40% no Dow-Jones. Estamos diante da queima de trilhões de dólares nos últimos três anos.

Em resumo, a perspectiva de uma retomada econômica minimamente sustentada como a da segunda metade dos anos 1990 – obviamente nem sequer vale a pena pensar num longo crescimento como o dos míticos “30 gloriosos anos” do *boom* do pós-Segunda Guerra Mundial – parece muito difícil, sem novas condições político-estratégicas de acumulação.

O motor da “nova economia” revelou um fôlego muito menor do que pensavam os apologistas da globalização. O dinheiro fácil da especulação bolsista entrou em declínio e o desemprego assim como o emprego precário assumiram dimensões estruturais desconhecidas no anterior modelo keynesiano-fordista. A crise crônica é reconhecida, por exemplo, pela OIT:

Cerca de 3 bilhões de pessoas – metade da população do planeta – vive na pobreza com uma renda de menos de 2 dólares por dia, informou na sexta-feira a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Quase todas elas moram em países em desenvolvimento. Desse total, um bilhão de pessoas, ou quase um quarto dos habitantes dos países em desenvolvimento, sobrevive com 1 dólar por dia, disse a agência da Organização das Nações Unidas (ONU) em um relatório. O número oficial do desemprego está em seu nível

mais alto e ainda cresce, de acordo com o relatório que será apresentado na conferência anual da OIT em Genebra, na semana que vem. São 180 milhões de desempregados ao redor do mundo. Mais de 1 bilhão das pessoas que trabalham estão em subempregos ou apenas em período semi-integral, segundo o relatório. A pobreza não está restrita ao mundo em desenvolvimento, afirmou a OIT. Mais de 10% da população dos 20 países mais industrializados vive com menos da metade do salário médio, informou o relatório.²⁰

Embora possa vir a ocorrer uma pequena retomada, ela não despertará as esperanças do período do pós-guerra, e não significará a reversão da crise crônica do capitalismo que já se arrasta desde 1974-1975, com alternância de pequenos ciclos de recuperação, mas com recessões cada vez mais intensas. A atual crise econômica combina, no entanto, ritmos e características diferenciadas. Nos países imperialistas, a aplicação do neoliberalismo está a degradar, qualitativamente, as condições de existência das classes trabalhadoras. A UE viu a desaceleração do crescimento do seu PIB para valores quase nulos em 2002, e o desemprego subiu ligeiramente de 7,4%, em 2001, para 7,7%, em outubro de 2002. Pela primeira vez, desde o pós-guerra, uma geração jovem inicia a vida adulta duvidando que terá um padrão de vida melhor que a dos seus pais.

Os custos sociais mais dramáticos da crise, porém, ainda não estão situados nos centros imperialistas. A transferência da crise dos centros imperialistas para os países dominados, por inúmeros mecanismos de dominação, tem adiado, embora esteja cada vez mais próxima, a necessidade de um confronto mais duro com os proletariados dos países centrais. Na periferia esse conflito se agravou com intensidade terrível.

Os anos 1980 tinham sido o cenário do colapso das economias latino-americanas sob o impacto da elevação dos juros das dívidas externas. Os anos 1990 foram mais uma “década perdida” na América Latina. Sob o impacto dos ajustes de inspiração neoliberal – privatização de áreas-chave do setor estatal, desregulamentação dos mercados, cortes nas despesas sociais e salariais do Estado, obsessão pelo superávit orçamental e pelo pagamento da dívida externa – a América Latina está sofrendo um retrocesso histórico,



Nasdaq

uma recolonização. Depois de um crescimento sustentado médio acima de 3,3% nos anos 1991-2000, que corresponde à metade das taxas dos anos 1960, o PIB regional quase estagnou em 2001 e retrocedeu em 2002.

O número de pobres, um indicador-chave para se compreender as dinâmicas mais profundas da etapa histórica do capitalismo, subiu de 42,1% para 44% da população (isto é, de 202 milhões para 230 milhões de pessoas); o desemprego alcança o máximo histórico com previsão de 9,1%; e isso ocorre em um contexto em que as taxas de juro praticadas estão várias dezenas de vezes acima das existentes nos países imperialistas; a dívida externa e a política dos governos para tranquilizar os credores a qualquer custo, mesmo os recém-eleitos Lula, no Brasil, e Gutierrez, no Equador, além de Chávez, na Venezuela, continuam a esmagar a possibilidade do Estado ocupar um lugar na reativação econômica. Mantendo-se acima dos 700 bilhões de dólares e, somada às dívidas internas, ultrapassando na maioria dos países um valor que corresponde à metade de seus PIBs, o endividamento condena o continente à estagnação crônica e à regressão histórica.

Não parece ser mais animadora a situação no Sudeste asiático. Mas os horrores da desagregação social na África subsaariana são a demonstração mais espantosa da gravidade da conjuntura internacional do início do século. A promessa da globalização não se realizou e seus profetas bem podem colocar as barbas de molho. Um capitalismo com capacidade ilimitada de expansão de mercados de consumo seria um capitalismo para além das crises. Mas revelou-se, historicamente, impossível. Os limites se impuseram.

O capitalismo não pode evitar crises destrutivas regulares. Mesmo se elas hoje são mais brandas do que foi a crise explosiva de 1929, o movimento de

rotação do capital exige que, de forma regular, uma parte das forças produtivas disponíveis seja destruída para que o capital possa recuperar sua capacidade de valorização. Essas destruições serão cada vez mais dolorosas, confirmando Marx.

NOTAS

- 1 Roman Rosdolsky, *Gênese e estrutura do capital* (Rio de Janeiro: Contraponto, 2001), p. 338.
- 2 Leda Maria Paulani, "Brasil delivery: razões, contradições e limites da política econômica nos primeiros seis meses do governo Lula", em *Reportagem*, nº 44, Rio de Janeiro, maio de 2003, pp. 22-24.
- 3 Karl Marx, *Grundrisse* (México: Siglo XXI, 1997), p. 637.
- 4 Jorge Grespan, "A teoria das crises de Marx", em Osvaldo Coggiola (org.), *Marx e Engels na história* (São Paulo: Xamã, 1996), p. 296.
- 5 Lucio Colletti, *El marxismo y el derrumbe del capitalismo* (México: Siglo XXI, 1978), p. 36.
- 6 Paul Singer, "O manifesto contestado", em *150 Anos do Manifesto comunista* (São Paulo: Xamã, 1998).
- 7 Karl Marx, *Grundrisse*, cit., p. 634.
- 8 Antonio Gramsci, "Quaderni del carcere", em Álvaro Bianchi, *Hegemonia em crise*, 1998, p. 49. Texto apresentado para exame de qualificação de mestrado em sociologia ao IFCH/Unicamp, sob orientação de Edmundo Fernandes Dias.
- 9 Jorge Grespan, "A teoria das crises de Marx", cit., p. 295.
- 10 Karl Marx, *El capital*, tomo II (México: Fondo de Cultura Económica, 1987), p. 366.
- 11 Roman Rosdolsky, *Gênese e estrutura do capital*, cit., p. 334.
- 12 Roberto Dias, "Vida no mundo piora na década de 90", em *Folha de S.Paulo, Folha on line*, disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0807200322.htm>
- 13 Lester Brown, *Eco-Economia*, disponível em http://www.wiiuma.org.br/eco_download.htm
- 14 *Ibidem*.
- 15 Roman Rosdolsky, *Gênese e estrutura do capital*, cit., p. 338.
- 16 Cezar Benjamin, *A nova ordem mundial e o destino do Brasil*, comunicação apresentada ao Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Política, manuscrito enviado pelo autor, 2001.
- 17 *Ibidem*.
- 18 Roman Rosdolsky, *Gênese e estrutura do capital*, cit., p. 317.
- 19 *Ibid.*, p. 318.
- 20 Relatório da OIT divulgado pela Folha de S.Paulo/Agência Reuters, 6-6-2003.